



Câmara Municipal de Itabirito

REQUERIMENTO N° ___, 24 DE NOVEMBRO DE 2025

Requer informações completas e atualizadas sobre a dívida do Município de Itabirito referente a precatórios e RPVs, incluindo valores devidos, processos judiciais, ordem cronológica, pagamentos realizados, percentual orçamentário destinado ao cumprimento das obrigações e impactos da insuficiência desse percentual na inadimplência com os cidadãos.

Senhor Presidente,

Os Vereadores que subscrevem o presente, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica Municipal e no Regimento Interno desta Casa, vêm respeitosamente requerer que seja encaminhado ofício ao Prefeito Municipal, à Procuradoria-Geral do Município, à Secretaria Municipal de Fazenda e ao Setor de Contabilidade do Município, solicitando informações completas e detalhadas referentes à dívida de precatórios e RPVs do Município de Itabirito.

1. RELAÇÃO COMPLETA DE TODA A DÍVIDA JUDICIAL DO MUNICÍPIO

Solicita-se o envio, em planilha digital editável (Excel) e também em PDF, contendo todos os itens abaixo:

1.1. Precatórios (alimentares e comuns)

Para cada precatório, informar obrigatoriamente:

- Número do processo judicial
- Número do precatório
- Tribunal de origem
- Vara/comarca
- Nome do credor
- CPF/CNPJ
- Natureza da dívida (alimentar ou comum)
- Data da expedição
- Valor original

- Valor atualizado (com data-base)
- Índice de correção utilizado
- Ordem cronológica de pagamento
- Status (pago / parcialmente pago / pendente)
- Data prevista para pagamento segundo a programação oficial
- Indicação se existe parcelamento ou acordo celebrado

1.2. Requisições de Pequeno Valor (RPVs)

- Número da RPV
- Número do processo judicial
- Nome do credor
- Valor total
- Data de expedição
- Data limite para pagamento
- Status atual (pago / pendente)

2. AÇÕES EM TRÂMITE COM POSSÍVEL GERAÇÃO DE PASSIVO

Solicita-se a lista de todos os processos judiciais em curso que possam gerar pagamentos futuros:

- Número do processo
- Autor(es)
- Objeto da ação
- Estimativa de condenação
- Estágio atual
- Risco (baixo/médio/alto) segundo a Procuradoria
- Valor estimado a impacto futuro nas contas públicas

3. DEMONSTRATIVO FINANCEIRO COMPLETO

3.1. Total consolidado da dívida municipal com precatórios

- Total geral atualizado
- Total devido por precatórios alimentares
- Total devido por precatórios comuns

3.2. Total devido por RPVs

- Valores pagos no ano corrente
- Valores vencidos e não pagos
- Valores previstos para pagamento

3.3. Pagamentos dos últimos 10 anos

Para cada ano:

- Valor pago
- Percentual do orçamento destinado ao pagamento

- Diferença entre o que deveria ter sido pago e o que foi efetivamente pago

4. INFORMAÇÃO SOBRE O PERCENTUAL ORÇAMENTÁRIO DESTINADO AO PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS

Solicita-se que a Prefeitura informe:

4.1. Qual o percentual atual (%) do orçamento municipal destinado ao pagamento de precatórios, conforme previsto:

- na Constituição Federal (art. 100),
- na EC 113/2021,
- e na Lei de Responsabilidade Fiscal.

4.2. Descrever claramente se o Município cumpre ou não cumpre o percentual mínimo exigido.

4.3. Caso NÃO cumpra, justificar:

- motivo da insuficiência,
- impacto fiscal,
- como isso contribui para o acúmulo de dívidas,
- e qual o risco de sanções ao Município.

5. DEMONSTRATIVO DO IMPACTO DA PORCENTAGEM NA FALTA DE PAGAMENTO AO CIDADÃO

Solicita-se estudo elaborado pela Secretaria de Fazenda contendo:

- Quanto o Município deveria pagar anualmente para não gerar atraso.
- Quanto o Município paga de fato.
- Diferença entre o necessário e o realizado, em valores e percentual.
- Quantos credores deixam de receber por causa da definição de percentual insuficiente.
- Previsão de tempo para quitação da dívida atual mantido o percentual vigente.
- Cenários comparativos (simulações) com Percentual de:
 - 1%
 - 1,5%
 - 2%
 - 2,5%
 - 3%

6. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Fundamenta-se o presente requerimento nas seguintes normas:

- Constituição Federal, art. 31 (controle externo) e art. 100 (precatórios)
- Emenda Constitucional 113/2021
- Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar 101/2000)
- Lei de Acesso à Informação – LAI (Lei 12.527/2011)
- Lei Orgânica Municipal
- Regimento Interno da Câmara Municipal

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento busca garantir transparência, controle fiscal e pleno conhecimento por parte dos vereadores e da população sobre:

- quanto o Município está devendo aos cidadãos,
- qual o tamanho real da dívida,
- se o percentual destinado aos precatórios é suficiente,
- e como a política orçamentária atual pode estar causando atrasos no pagamento de direitos já reconhecidos pela Justiça.

A informação é essencial para que esta Casa Legislativa cumpra sua função constitucional de fiscalizar o uso do dinheiro público e assegurar que o cidadão não seja prejudicado pela má gestão ou pela falta de cumprimento das normas federais.

Sala de Reuniões, 24 de Novembro de 2025


MAXIMILIANO SILVA BAÊTA FORTES
Vereador

Ezio
Pimenta:028
29530608

Assinado de forma
digital por Ezio
Pimenta:02829530608
Dados: 2025.11.19
15:31:18 -03'00'

Rene
Americo da
Silva:064117
44629

Assinado de
forma digital por
Rene Americo da
Silva:064117446
29

Assinado de forma digital por EDSON GONCALVES
JUNIOR:04123493610

Dados: 19.11.2025 – 16:01:25
-03'00'